TRE convoca Vallim para se defender de acusações

O governador Vanderlei Vallim foi notificado ontem pelo Tribunal Regional Eleitoral a comparecer perante o tribunal para se defender das acusações do candidato a governador do Movimento Liberal Democrático, Elmo Serejo, de uso indevido e ilegal da máquina administrativa do GDF em favor dos candidatos da Frente Comunidade, Joaquim Roriz (governador/PTR) e Márcia Kubitschek (PRN/vice-governadora), seus adversários na disputa ao Palácio do Buriti. A medida tem por objetivo investigar denúncia feita pelo senador. Maurício Corrêa (governador/PDT) no programa eleitoral gratuito sobre o assunto.

Segundo a representação do Movimento Liberal, o senador Maurício Corrêa, candidato o governador da Frente Popular veiculou nos dias 12 e 13 de setembro no programa eleitoral as seguintes de núncias contra Joaquim Roriz: uso do prédio da Administração Regional do Guará para a realização de comício, uso de escolas da Fundação Educacional do DF para propa-

ganda eleitoral, promessa de entrega de lotes em troca de votos. Atividades que teriam a anuência do governador Vallim.

De acordo com Elmo Serejo todas estas atividades são proibidas pelo Código Eleitoral, e, apesar da sua gravidade, não foram averiguadas pelo TRE nos prazos que manda a Lei. O processo deu entrada no dia 14 de setembro e só ontem o corregedor eleitoral e vicepresidente do tribunal, desembargador Carlos Augusto Pingret, notificou o acusado, enquanto a decisão deveria ter sido tomada em 24h00, disse.

Dentro deste contexto, informou o candidato liberal, sua coligação entra hoje com processo junto ao Tribunal Superior Eleitoral acusando o desembargador Pingret e o TRE de obstrução de ação solicitada à Justiça. "Nossa intenção é que o pleito seja o mais democrático possível e que a população tenha acesso à informação sobre o desenrolar do processo eleitoral. Para isto é preciso que a Justiça agilize sua ação para que venha a público

se o senador Maurício Corrêa mentiu ou se o governador Vanderlei Vallim, realmente, abusa do seu poder à frente do GDF". afirmou.

Alvo

A urgência no julgamento da representação tem alvo certo. Constatada a veracidade das acusações, o Movimento Liberal reivindica que sua representação seja julgada procedente e Joaquim Roriz e Márcia Kubitschek declarados inelegíveis, caçando-se seus diplomas mesmo se eleitos. Aplicando-se também ao govenador Vanderlei Vallim as penalidades cabíveis.

Punições

Em caso contrário, a coligação solicita a cassação da candidatura do senador Maurício Corrêa e a perda de seu mandato parlamentar. Durante o período da ação Vallim seria proibido de usar a máquina administrativa do GDF em favor de qualquer candidato em campanha e o vídeo da Frente Popular, prova das denúncias, ficaria sob tutela da Justiça Eleitoral.